

# "Não ceder no essencial"

GAZETA MERCANTIL

Dinda 60

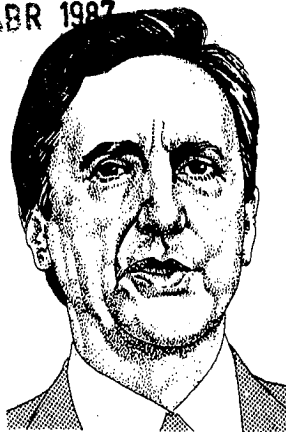
por Paulo Sotero  
de Washington

3 ABR 1987

Confiante em que a estratégia de renegociação da dívida que desenhou está começando a ser compreendida pelos credores, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, afirmou ontem, em Washington, que "o Brasil fez um programa de ajuste e tem um plano de refinanciamento (dos pagamentos externos) para os próximos quatro anos que está sendo levado com a maior seriedade".

Fontes dos governos dos EUA, da Inglaterra e da Alemanha e altos executivos de bancos, ouvidos por este jornal, duvidaram, contudo, de que haja uma aproximação de posições e previram que os dois lados endurecerão, aumentarão suas apostas e entrarão numa longa, difícil e acidentada fase de confrontação.

"As coisas vão piorar antes de melhorar", observou um banqueiro. A expectativa das autoridades brasileiras, segundo fontes bem-



Dilson Funaro

informadas, é de meses de conflito.

Em grande parte, o cálculo dos credores deriva da percepção de que Funaro, depois de receber o aval do PMDB para a estratégia de negociação que armou, se fortaleceu muito politicamente e teve reforçada sua determinação de mudar os termos e as condições da conversa com os credores.

Três semanas atrás, quando o presidente da República se reunia com empresários para ouvir críticas a seu ministro e funcionários do Palácio do Planalto, protegidos pelo "off the record", previam que Funaro não duraria mais um mês no governo, banqueiros e funcionários do governo americano trabalhavam com um cenário bem diferente, apostando na queda de Funaro.

O ministro, que participa hoje da reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional, revelou ontem sua determinação em não ceder no que julga essencial, ao ser perguntado sobre a insistente demanda dos governos credores e dos bancos privados de que o governo brasileiro lhes apresente um programa econômico consistente como condição para obter sua cooperação.

"Não discuto plano interno com banqueiro", afirmou ele, pela manhã, acrescentando que "os países devedores precisam resgatar a dignidade".

"Eu não respondo a perguntas de pessoas que não se identificam", afirmou ele, horas mais tarde, depois de ouvir que banqueiros e uma fonte anônima do Departamento do Tesouro dos EUA haviam insistido na apresentação do programa econômico como condição para considerar seu apoio à renegociação em novas bases proposta pelo Brasil.

Lembrando que Paul Volcker, o presidente do

Federal Reserve Board, o banco central dos Estados Unidos, fizera afirmação semelhante, na véspera, perante a Comissão de Finanças do Senado, Funaro cortou: "O senhor Volcker não disse".

(Continua na página 25)

O Bankers Trust New York Corp. anunciou ontem que colocou em "regime de caixa" US\$ 540 milhões de empréstimos de médio e longo prazo ao Brasil, o que reduzirá em US\$ 7 milhões seu lucro líquido no primeiro trimestre. Medida idêntica foi anunciada pela Security Pacific Corp., para US\$ 401 milhões de créditos ao Brasil e US\$ 73 milhões ao Equador.

(Ver páginas 25)

# "Não ceder no essencial"

por Paulo Sotero  
de Washington  
(Continuação da 1ª página)

O que Volcker disse foi o que leu na sua deposição perante a comissão. Embora tenha procurado ser diplomático e tenha, de fato, soado mais conciliatório do que em outras declarações que fez desde a decretação da moratória, Volcker, depois de notar o grande potencial econômico do País, afirmou que "para o Brasil, como para qualquer outro país, a realização desse potencial num período prolongado de tempo dependerá claramente da adoção de políticas econômicas consistentes e eficazes em casa e de uma forte e harmoniosa relação comercial e financeira com outros países".

"Na prática, a necessária regularização dos pagamentos externos do Brasil demandará um esforço concentrado", afirmou o presidente do banco central dos EUA, assinalando, em relação a este item específico, um ponto de possível convergência de opinião com o que o ministro da Fazenda do Brasil tem afirmado. Mas Volcker acrescentou logo a seguir que "o pré-requisito-chave está claramente nas mãos das autoridades brasileiras — formulando um programa econômico que mereça o apoio e a confiança dos próprios brasileiros — da comunidade mundial comunidade mundial".

"Dada essa base", continuou ele, "a mim parece que o Brasil e seus credores, oficiais e privados, têm o mais forte incentivo a trabalhar juntos para desenvolver esquemas de financiamento externo consistentes com um crescimento forte e sustentado", completou Volcker, indicando também outra área de aparente compreensão em relação à estratégia brasileira de renegociação.

## DIA CRUCIAL

O tom mais conciliatório de Volcker não significa, contudo, que Funaro deva esperar boas notícias hoje, quando se encontrar com seus colegas do mundo desenvolvido. Afirmção feita por um alto funcionário do Tesouro na terça-feira, segundo a qual "Washington acompanha a situação brasileira cuidadosamente e aguarda ansiosamente os detalhes de seu plano econômico", sugere que o ministro da Fazenda voltará a ser perguntado, hoje, sobre o programa econômico do Brasil, pelo secretário do Tesouro americano, James Baker III, com quem terá às 14h30, no prédio do FMI, sua mais importante conversa desta viagem a Washington.

Num dia que começará com um discurso perante o comitê interino e poderá revelar-se crucial, Funaro ouvirá preocupação semelhante também do ministro das Finanças da Alemanha, Gerhard Stoltenberg. Perguntado ontem a respeito da proposta brasileira, durante uma entrevista a jornalistas alemães, Stoltenberg indicou que, para obter o apoio de Bonn, o País precisa primeiro apresentar um "programa crível" para restaurar sua economia. Numa nota mais positiva, Stoltenberg afirmou, em entrevista ao The New York Times, que a moratória brasileira devolveu prioridade à discussão do problema da dívida e que a reunião desta semana

na deveria produzir "um acordo o mais forte possível" de aumento do capital do Banco Mundial (BIRD).

De Nigel Lawson, o ministro das Finanças da Inglaterra, Funaro arrisca a ouvir até mais. A julgar por declarações prestadas por um alto funcionário do Tesouro britânico ontem, em Washington, a um grupo de jornalistas ingleses, Lawson poderá recolocar na mesa a politicamente inviável questão da ida do Brasil ao FMI. Essa é uma posição antiga do governo londrino e cuja reafirmação, provavelmente, não surpreenderá Funaro.

Em fevereiro passado, quando ele foi a Londres explicar a Lawson a decisão brasileira de decretar a moratória, o ministro britânico, ao final da conversa, divulgou um comunicado criticando a gestão da economia brasileira.

Perguntado sobre a situação da dívida brasileira, o alto funcionário britânico disse que o problema não poderá ser resolvido "sem um acordo entre o Brasil e o FMI". Em resposta ao argumento segundo o qual o governo brasileiro já estaria implementando políticas de ajustamento agradáveis a seus credores, mas estaria impossibilitado de reconhecê-lo por razões de política interna, o alto funcionário do Tesouro londrino respondeu: "De qualquer forma, eu não creio que eles estejam fazendo o suficiente internamente... desde o fracasso do Plano Cruzado, a situação brasileira deixa muito a desejar".

O alto funcionário britânico deixou aberta, contudo, uma porta para uma solução de compromisso, assinalando que, no passado, os países industrializados "se dispuseram, no Clube de Paris, a levar em conta as políticas de ajustamento econômico dos devedores, sem que elas tenham de estar apoiadas por um acordo com o FMI".

## BIRD ESPERA PROGRAMA

Falando a este jornal, o presidente do BIRD, Barber Conable, que começa a ser visto por muitos como um delegado do Tesouro americano no banco, mais do que como o líder da instituição, disse, conciliatoriamente, que "nós temos uma posição muito positiva sobre o Brasil". Mas emendou, a seguir, que para decidir se apóia a proposta brasileira de renegociação, que reserva um forte papel aos organismos multilaterais, o banco "continuará a pedir esclarecimentos sobre detalhes do programa econômico". Funaro conversou com Conable no final da tarde de ontem.

A relação do BIRD com o Brasil passa, na realidade, por uma fase delicada e que foi complicada, na semana passada, por uma declaração do vice-secretário adjunto do Tesouro, James Conrow, no Congresso americano. Perguntado se a decretação da moratória brasileira afetará o programa de empréstimos do banco para o Brasil, Conrow afirmou que o BIRD estava "retirando-se" dos projetos brasileiros.

Diante dos protestos brasileiros, o vice-presidente de operações do BIRD, Shahid Husain, aproveitou uma entrevista coletiva que deu na terça-feira passada para afirmar que "o diálogo (do BIRD) com o

Brasil continua", mas assinalou o desejo do banco "de trabalhar com o Brasil no contexto de qualquer plano econômico que o governo desenvolva".

Perguntado especificamente se o BIRD estava segurando empréstimos, à espera de que o Brasil "fizesse certas coisas", Husain respondeu: "Não, nós não estamos, no momento, retendo empréstimos passados". E insistiu: "Nós não estamos retendo empréstimos passados".

O alto funcionário reafirmou, contudo, que, com base em informações que recebe das próprias autoridades brasileiras, "o governo está formulando seus próprios programas e planos econômicos e nós esperamos recebê-los, se e quando eles ficarem prontos".

Até o momento, o Brasil teve neste ano fiscal do BIRD, que termina em 30 de junho próximo, apenas US\$ 371 milhões em novos empréstimos aprovados. Nos últimos três anos, a média anual da carteira de empréstimos para o Brasil foi de US\$ 1,5 bilhão.

## CONVERSA DIFÍCIL COM BANQUEIROS

De acordo com o ministro da Fazenda, a conversa que teve na terça-feira, em Nova York, com os presidentes do Chase Manhattan, Bankers Trust, First Chicago e Chemical e com um vice-presidente do Citicorp foi "positiva". Funaro, que entregou aos banqueiros uma brochura de 26 páginas, de capa amarela, contendo o "Programa Financeiro de Desenvolvimento — 1987/1991", reafirmou que a posição do Brasil em relação a seus credores privados sempre foi e continuará a ser a "de diálogo franco e aberto".

Perguntado se a reunião havia produzido alguma aproximação de posições, o ministro respondeu que "o Brasil nunca esteve distante de uma discussão séria". O ministro contou, também, que conversou com os banqueiros sobre diferentes mecanismos que poderiam ser usados para reduzir o fardo dos pagamentos de juros aos níveis compatíveis com a garantia de crescimento da economia. Os mecanismos mencionados foram capitalização, conversão de juros em investimentos, além do tradicional empréstimo de dinheiro novo.

Mas, representantes de bancos presentes à reunião com o ministro disseram-se frustrados com o encontro. "O Funaro acredita que nos apanhou de calças curtas", afirmou um alto executivo de um banco de Nova York. "Mas ele vai verificar, cedo ou tarde, que os bancos estão dispostos a assumir perdas e até a cancelar os débitos brasileiros, se o impasse não for solucionado. Mas se ele acha que pode vir aqui pedir novos mecanismos de financiamento e, ao mesmo tempo, afirmar que não discute política econômica interna do Brasil com banqueiro, você pode escrever que os bancos não vão dar um centavo de dinheiro ao Brasil, sob qualquer forma", acrescentou.

Significativamente, ontem, um dia depois de seu presidente ter estado na reunião com Funaro, o Bankers Trust, que administra as linhas de curto prazo da dívida brasileira, colocou US\$ 540 milhões de empréstimos de médio e

longo prazo ao Brasil em regime de caixa, estimando perdas de US\$ 7 milhões no primeiro trimestre. O Security Pacific, de Los Angeles, seguiu o exemplo, e reclassificou US\$ 401 milhões de ativos brasileiros como "non accrual".

(A Security Pacific, que também colocou na mesma situação US\$ 73 milhões de empréstimos ao Equador, afirmou à AP/Dow Jones que essa medida irá reduzir em US\$ 7,2 milhões os lucros do primeiro trimestre. Acrescentou acreditar que o Brasil chegará a um acordo com seus bancos credores e que os pagamentos de juros serão reiniciados ainda neste ano.)

Além de seu encontro conjunto com os cinco banqueiros, Funaro teve, no início da tarde da terça-feira, em Nova York, uma conversa separada com o presidente do conselho de administração do Morgan Guaranty Trust, Lewis Preston, que funciona, para questões da dívida externa dos países em desenvolvimento, em estreita sintonia com Volcker e Baker. A pedido de Volcker, há dois anos Preston cumpre, entre outras, a tarefa específica de monitorar e refletir as opiniões dos bancos regionais.